

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Ano lectivo de 2016/2017

2º semestre - 4º ano dia

DIREITO PROCESSUAL PENAL

PROGRAMA

1. Conformação jurídico-constitucional do processo penal e a sua estrutura

1.1. O processo penal como Direito Constitucional aplicado: a tensão entre direitos e garantias processuais e eficácia na perseguição do crime.

1.2. Modelos de processo penal: inquisitório, acusatório e misto: apontamento histórico e de Direito Comparado.

1.3. Evolução do processo penal português e caracterização do modelo processual actual: O CPP de 1987 e alterações posteriores - Lei n.º 59/98, de 25 de Agosto; Lei n.º 105/2003, de 10 de Dezembro; Decreto-Lei n.º 324/2003, de 27 de Dezembro; Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto; Lei n.º 26/2010, de 30 de Agosto; Lei n.º 20/2013, de 21 de Fevereiro; Lei n.º 27/2015, de 14 de Abril; Lei nº58/2015, de 23 de Junho; Lei nº130/2015, de 4 de Setembro; Lei nº1/2016, de 25 de Fevereiro.

2. Princípios fundamentais do processo penal português

2.1. Natureza e funções dos princípios.

2.2. Princípios relativos à organização e estrutura do processo.

- a. princípios que densificam a estrutura acusatória do processo:
 - princípio da separação de funções entre acusador e julgador;
 - princípio da acusação (remissão);
 - princípios da independência e da imparcialidade do juiz.
- b. princípio da presunção de inocência.
- c. princípio do juiz legal ou pré-constituído por lei.

2.3. Princípios relativos à promoção processual.

- a. o princípio da oficialidade e a acusação privada: a repercussão da natureza dos crimes na tramitação processual.
- b. o princípio da legalidade e o princípio da oportunidade.

2.4. Princípios relativos à prossecução processual.

- a. o princípio da acusação e o princípio da investigação.
- b. o princípio do contraditório.
- c. o princípio da vinculação temática (remissão).
- d. o princípio da suficiência e as questões prejudiciais.

2.5. Princípios relativos à prova.

- a. o princípio da verdade material e o princípio do dispositivo.
- b. o princípio da livre apreciação da prova e o princípio da prova legal.
- c. o princípio “in dubio pro reo” e o ónus da prova.

2.6. Princípios relativos à forma.

- a. o princípio da publicidade e o segredo de justiça.
- b. os princípios da oralidade.
- c. o princípio da celeridade e o princípio da concentração.

3. Os sujeitos processuais

3.1. Aspectos gerais: sujeitos processuais e meros intervenientes.

3.2. O tribunal e o juiz.

- a. competência material e funcional.
- b. competência territorial.
- c. competência por conexão.
- d. os conflitos de competência.
- e. impedimentos, recusas e escusas.

3.3. O Ministério Público (MP).

- a. estatuto do MP e dos seus agentes.
- b. as atribuições do MP no processo.
- c. O MP e os Órgãos de Polícia Criminal.

3.4. O arguido e o seu defensor.

- a. garantias do suspeito.
- b. a constituição de arguido.

- c. direitos e deveres do arguido.
- d. o defensor.

3.5. O assistente e o ofendido.

- a. noções gerais.
- b. a constituição como assistente.
- c. poderes do assistente.

3.6. Os intervenientes no processo. As partes civis: o lesado e a indemnização civil arbitrada no processo penal.

4. A marcha do processo penal

4.1. As formas de processo: aspectos gerais.

4.2. As fases do processo comum.

4.2.1. A notícia do crime, o auto de notícia e a aplicação de medidas cautelares e de polícia.

4.2.2. O inquérito.

- a. abertura do inquérito.
- b. âmbito e finalidade do inquérito.
- c. direcção do inquérito.
- d. nulidades do inquérito.
- e. encerramento do inquérito; a acusação ou o arquivamento; a formação do objecto do processo (I).
- f. opções fundadas no princípio da oportunidade: arquivamento em caso de dispensa de pena; suspensão provisória do processo; envio para a forma de processo sumaríssimo.

4.2.3. A instrução.

- a. funções da instrução.
- b. o requerimento de abertura da instrução.
- c. andamento da instrução.
- d. objecto do processo (II). Alteração substancial e não substancial dos factos descritos na acusação: distinção da alteração da qualificação jurídica dos factos.
- e. encerramento da instrução; os despachos de pronúncia ou de não pronúncia.

4.2.4. O julgamento.

- a. a audiência.
- b. objecto do processo (III). Alteração substancial e não substancial dos factos descritos na acusação ou na pronúncia: distinção da alteração da qualificação jurídica dos factos.
- c. a sentença; requisitos e nulidades da sentença.

4.2.5. Os recursos.

- a. recursos ordinários
- b. recursos extraordinários.

5. A prova

- 5.1. Noções introdutórias. Princípios relativos à prova (recapitulação).
- 5.2. O tema da prova.
- 5.3. Os meios de prova.
- 5.4. Os meios de obtenção da prova, em especial os chamados meios ocultos.
- 5.5. A livre apreciação da prova e respectivas limitações.
- 5.6. Vícios da prova, nulidades e proibições de prova.
 - a. meios de prova e métodos de prova proibidos.
 - b. proibições de produção e de valoração da prova.
 - c. o efeito-à-distância das proibições de prova.
 - d. consequências penais da violação das proibições de prova.

6. As medidas de coacção

- 6.1. A detenção: sua diferenciação das medidas de coacção.
- 6.2. As medidas de coacção.
 - a. condições gerais e critérios de escolha das medidas de coacção.
 - b. as medidas de coacção singulares e respectivo regime.
 - c. revogação, alteração e extinção das medidas de coacção.
 - d. impugnação das medidas de coacção.

BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL

AA.VV.,

(1998) *O processo penal em revisão - comunicações*, Lisboa: UA.

(2000) *Questões avulsas de processo penal* (org.: Paulo de Sousa Mendes *et al.*), Lisboa: AAFDL (reimpressão, 2009).

(2003) *Direito Processual Penal: Materiais de apoio às aulas práticas* (org.: Jorge Noronha e Silveira *et al.*), 2.^a ed., Lisboa: AAFDL (reimpressão, 2006).

(2008) “A Reforma do Direito Processual Penal português em perspetiva teórico-prática”, *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, n.ºs 2 e 3.

(2008) “Jornadas sobre a revisão do Código de Processo Penal: Estudos”, *Revista do CEJ* (1.º Semestre de 2008, n.º 9/Especial).

(2008) *Proceso penal y sistemas acusatorios* (org.: Lorena Bachmaier Winter), Madrid: Marcial Pons.

(2009) *Elementos de Estudo de Direito Processual Penal* (org.: Paulo de Sousa Mendes *et al.*), reimpr., Lisboa: AAFDL (reimpressão, 2010).

(2014) *Código de Processo Penal Comentado*, Coimbra: Almedina.

ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de,

(2011) *Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, 4.^a ed., Lisboa: Universidade Católica Editora.

ANDRADE, Manuel da Costa,

(1992) *Sobre as proibições de prova em processo penal*, Coimbra: Coimbra Editora (reimpressão, 2006).

(2009) “*Bruscamente no Verão Passado*”, *a reforma do Código de Processo Penal: Observações críticas sobre uma Lei que podia e devia ter sido diferente*, Coimbra: Coimbra Editora.

ANTUNES, Maria João,

(2016) *Direito Processual Penal*, Coimbra: Almedina.

BARREIROS, José António,

(1997) *Processo Penal*, 2 vols., Lisboa: U. Lusíada.

BELEZA, Teresa Pizarro,

(1992/95) *Apontamentos de processo penal* (a partir dos textos gravados das aulas teóricas dadas ao 5.º Ano, FDUL, 1991/92, 1992/93 e 1994/95), com a colaboração de outros Autores, vols. I/II/III, Lisboa: AAFDL.

BELEZA, Teresa Pizarro, e PINTO, Frederico de Lacerda da Costa

(2001) *Direito Processual Penal: Os sujeitos processuais e as partes civis – Tópicos de estudo*, Lisboa (policopiado).

COSTA, José de Faria,

(2009) “Os códigos e a mesmidade: O Código de Processo Penal de 1987”, in: AA.VV., *Que futuro para o Direito Processual Penal? Simpósio em homenagem a Jorge de Figueiredo Dias, por ocasião dos 20 anos do Código de Processo Penal português* (org.: Mário Ferreira Monte *et al.*), Coimbra: Coimbra Editora, 2009, pp. 441-459.

DELMAS-MARTY, Mireille, e SPENCER, J. R.,

(2002) *European Criminal Procedures*, Cambridge: Cambridge University Press.

DIAS, Augusto Silva,

(2004) “A tutela do ofendido e a posição do assistente no processo penal português”, in: AA.VV., *Jornadas de Direito Processual Penal e direitos fundamentais* (org.: Maria Fernanda Palma), Coimbra: Almedina, pp. 55-65.

(2008) “A prisão preventiva após a revisão de 2007 do Código de Processo Penal: foi superada a crise?”, in *Estudos em Honra do Prof. Doutor José de Oliveira Ascensão*, vol. II, Coimbra: Almedina.

(2009) *O Direito à não auto-inculpação (nemo tenetur se ipsum accusare) no processo penal e contra-ordenacional português* (em co-autoria com Vânia Costa Ramos), Coimbra: Coimbra Editora.

DIAS, Jorge de Figueiredo,

(1974) *Direito Processual Penal*, Coimbra: Coimbra Editora (reimpressão, 2004).

(1988/9) *Direito Processual Penal* (Lições coligidas por Maria João Antunes), Coimbra: Secção de Textos da FDUC.

(1989) “Sobre os sujeitos processuais no novo Código de Processo Penal», in: AA.VV., *Jornadas de Direito Processual Penal do CEJ: O novo Código de Processo Penal*, Coimbra: Almedina, pp. 1-57.

(2009) “O processo penal português: Problemas e perspectivas”, in: AA.VV., *Que futuro para o Direito Processual Penal? Simpósio em homenagem a Jorge de Figueiredo Dias, por ocasião dos 20 anos do Código de Processo Penal português* (org.: Mário Ferreira Monte *et al.*), Coimbra: Coimbra Editora, 2009, pp. 805-819.

DIAS, Jorge de Figueiredo, e BRANDÃO, Nuno

(2015) *Sujeitos Processuais Penais: O Tribunal. Texto de apoio ao estudo da unidade curricular de Direito e Processo Penal do Mestrado Forense da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, disponível em: <https://apps.uc.pt/mypage/files/nbrandao/1083>, 2015.

FERREIRA, Manuel Cavaleiro de,

(1986) *Curso de Processo Penal*, vols. 1.º/2.º, Lisboa: Editora Danúbio.

MENDES, Paulo de Sousa,

(2004) “As proibições de prova no processo penal”, in: AA.VV., *Jornadas de Direito Processual Penal e direitos fundamentais* (org.: Maria Fernanda Palma), Coimbra: Almedina, pp. 133-154.

(2007) “Estatuto de arguido e posição processual da vítima”, *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, n.º 17, pp. 601-612.

(2009) “O regime da alteração substancial de factos no processo penal”, in: AA.VV., *Que futuro para o Direito Processual Penal? Simpósio em homenagem a Jorge de Figueiredo Dias, por ocasião dos 20 anos do Código de Processo Penal português* (org.: Mário Ferreira Monte et al.), Coimbra: Coimbra Editora, 2009, pp. 755-768.

(2015) *Lições de Direito Processual Penal*, 3.ª reimp., Coimbra: Almedina (1.ª ed., 2013).

NEVES, A. Castanheira,

(1968) *Sumários de Processo Criminal*, Coimbra: Dactilog. por João Abrantes.

PALMA, Maria Fernanda,

(2004) “O problema penal do processo penal”, in: AA.VV., *Jornadas de Direito Processual Penal e direitos fundamentais* (org.: Maria Fernanda Palma), Coimbra: Almedina, pp. 41-53.

PEREIRA, Rui,

(2009) “Entre o ‘garantismo’ e o ‘securitarismo’: A revisão de 2007 do Código de Processo Penal”, in: AA.VV., *Que futuro para o Direito Processual Penal? Simpósio em homenagem a Jorge de Figueiredo Dias, por ocasião dos 20 anos do Código de Processo Penal português* (org.: Mário Ferreira Monte et al.), Coimbra: Coimbra Editora, 2009, pp. 247-268.

PEREIRA, Rui Soares, e RAMALHO, David Silva,

(2015) “Os processos especiais no direito processual penal português”, in: *O Direito*, 147, IV, 2015, pp. 823-852.

PIMENTA, José da Costa,

(2003) *Processo Penal: sistema e princípios*, t.I, Lisboa: Petrony.

PINTO, Frederico de Lacerda da Costa,

(1998) *Direito Processual Penal: Curso semestral*, Lisboa: AAFDL (incompleto).

ROXIN, Claus,

(2000) *Derecho Procesal Penal* (trad. castelhana da 25.ª ed. alemã por Gabriela E. Córdoba e Daniel R. Pastor, rev. por Julio B. J. Maier), Buenos Aires: Editores del Puerto.

SCHLÜCHTER, Ellen,

(1999) *Derecho Procesal Penal* (trad. castelhana da 3.^a ed. alemã por Esparza y Planchadell), 2.^a ed., Valencia: Tirant lo Blanch.

SCHÜNEMANN, Bernd,

Estudos de Direito Penal, Direito Processual Penal e Filosofia do Direito, São Paulo: Marcial Pons, 2013.

SILVA, Germano Marques da,

(1993/94) *Curso de Processo Penal*, Lisboa: Universidade Católica, 3 vols. (7.^a ed./1.^o vol., 2013, 5.^a ed./2.^o vol., 2009, e 4.^a ed./3.^o vol., 2014).

SILVEIRA, Jorge Noronha e,

(2004) “O conceito de indícios suficientes no processo penal português”, in: AA.VV., *Jornadas de Direito Processual Penal e direitos fundamentais* (org.: Maria Fernanda Palma), Coimbra: Almedina, pp. 155-181.

SIMAS SANTOS/ LEAL-HENRIQUES,

Código de Processo Penal (Anotado), vol. 1/3^a ed., 2008; vol. 2/2^a ed., 2004, Lisboa: Rei dos Livros.